



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DE CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone: (65) 3613-7531/ 7534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO</b>	<b>: 29.604-0/2019</b>
<b>INTERESSADA</b>	<b>ISABEL CRISTINA CORDEIRO DE BARROS</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABÁ</b>
<b>ADVOGADO</b>	<b>NÃO CONSTA</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>: APOSENTADORIA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>: CONSELHEIRO ANTONIO JOAQUIM</b>

**RAZÕES DO VOTO**

12. Considerando que a servidora preenche todos os requisitos constitucionais e que a Portaria de aposentadoria atende às exigências legais, acolho o **Parecer 1.092/2021** do Ministério Público de Contas e VOTO no sentido de:

a) **registrar a Portaria 218/2019**, publicada no Diário Oficial de Contas 1.704, em 20/08/2019 e,

b) julgar legal o cálculo de proventos integrais, de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição concedida à Sra. **Isabel Cristina Cordeiro de Barros**, efetiva no cargo de Enfermeira, Classe "E", Padrão "XI", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, artigo 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional 47/2005, combinado com a Lei Complementar Municipal 399/2015; Lei Complementar 153/2007; Lei Complementar 409/2016; artigo 2º e parágrafo 1º e 2º da Lei 2.642/88; Processo CUIABÁ-PREV 2018.04.01381P, bem como no art. 47, inciso III, da Constituição Estadual; art. 43, inciso II, da Lei Complementar 269/2007 (LOTCE/MT) e artigos 29, inciso XXIV, 197, da Resolução Normativa 14/2007 – TCE/MT.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DE CONSELHEIRO**

Conselheiro Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Telefone: (65) 3613-7531/ 7534

e-mail: gab.ajoaquim@tce.mt.gov.br

**É o voto.**

Cuiabá, 3 de março de 2022.

*assinatura digital*)<sup>1</sup>

Conselheiro **ANTONIO JOAQUIM**  
**RELATOR**

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

